

O LIVRO DIDÁTICO (MANUAL) DE EDUCAÇÃO FÍSICA: (RE)CONFIGURAÇÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fábio Marques Bezerra

Colégio Militar do Recife (CMR) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)
fab.mb@hotmail.com

Resumo: De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), a Educação Física configura-se como componente curricular obrigatório na educação básica, devendo estar presente em todas as etapas da escolarização e integrada à proposta pedagógica das escolas (e dos sistemas de ensino). Porém, para que ocorra uma prática satisfatória e de qualidade, é preciso que as políticas educacionais, as escolas e o pedagogo/professor estejam preparados, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para oferecerem uma Educação Física que ultrapasse o senso comum e evidencie uma sistematização de seus conteúdos, métodos de ensino e formas de avaliação da aprendizagem. Assim, o presente artigo buscou refletir sobre as potencialidades pedagógicas advindas com o uso de livros didáticos (manuais) de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e para isso, utilizou-se como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da investigação em diferentes fontes de conhecimento, dispositivos legais e documentos pedagógicos e curriculares, como a *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* e o *Guia do PNL D 2019 - Educação Física*. Percebeu-se que a adoção e o uso crítico e consciente de livros didáticos em Educação Física pelo pedagogo/professor poderá contribuir para (re)configurar o processo ensino-aprendizagem da disciplina, baseando-se nas práticas corporais e na linguagem corporal, além de promover a sua valorização no ambiente escolar, com a possível diminuição da negligência da prática escolar, da incidência do “rolar a bola” ou do direcionamento de atividades desenvolvidas por programas de complementação pedagógica, como o *Mais Educação*.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático, Educação Física, currículo, PNL D.

INTRODUÇÃO

Consta na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN 9.394/96, no artigo 26, parágrafo 3º, que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica (...)” (BRASIL, 1996). Assim, deve estar presente em todas as etapas da escolarização básica, e diante do Projeto de Lei Complementar (PLC) 116/2013, o profissional que deveria exercer o ensino dessa disciplina seria o professor de Educação Física. Entretanto, em diversas regiões do Brasil, não é isso que ocorre, não tendo a atuação desse professor habilitado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas sim do pedagogo que, além de cumprir uma função generalista (com atividades de magistério e organização, apoio e gestão de sistemas educacionais), tem uma formação docente voltada para a polivalência, sendo tal aspecto ratificado com a Resolução n. 01/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura em Pedagogia (BRASIL, 2006).

Mesmo existindo essa orientação na formação do pedagogo, verifica-se que há uma grande falha quanto à sua formação inicial (e continuada) referente às questões ligadas à Educação Física escolar, repercutindo numa dificuldade quanto à consolidação da prática pedagógica desse componente curricular, gerando um distanciamento quanto às vivências corporais e relegando-a a outras instâncias educacionais na rede pública de ensino, como é o caso de programas complementares, a citar o *Mais Educação*.

Estudos indicam que a falta de critérios objetivos para a escolha de conteúdos e metodologias de ensino adequadas e voltadas às aulas de Educação Física é um dos principais problemas enfrentados pela disciplina, resultando em aulas onde o pedagogo/professor usa o quê e como lhe for mais conveniente ensinar. E um dos fatores apontados para que possa ocorrer uma modificação dessa situação está na adoção de livros didáticos¹, destinados a atender expectativas de aprendizagem com intencionalidade pedagógica.

Assim, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre possíveis (re)configurações e potencialidades pedagógicas quanto à adoção de livros didáticos (manuais) no processo de ensino-aprendizagem em Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tomando como referencial a sistematização do conhecimento apresentada na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC).

Busca-se, então, elucidar alguns pontos ligados ao processo de ensino-aprendizagem da Educação Física escolar, numa perspectiva de renovação dos parâmetros pedagógicos da disciplina que, muitas vezes, é alvo do senso comum, com as meras reproduções de práticas recreativas efêmeras ou de nebulosos eventos de omissão ou negação do pedagogo/professor, da gestão escolar e/ou das políticas educacionais quanto à intencionalidade dos seus objetivos, deixando-os a cargo de programas educativos.

METODOLOGIA

Como parte de um processo educativo e diante de uma atitude de aprender a aprender, este trabalho originou-se de um problema advindo da prática escolar, sendo desenvolvido com base na abordagem qualitativa e na pesquisa exploratória. Além disso, configurou-se como

¹ Apesar do conceito de livro didático passar pela interação entre o objeto (conhecimento) e os sujeitos da educação (professores e estudantes), sendo característica fundamental a utilização desse material pelos sujeitos (Munakata, 2003), este artigo trabalha com o entendimento proposto pelo *Guia do PNL D 2019*, de ser manual do professor impresso. Logo, diferentemente do processo que ocorre com as outras disciplinas do currículo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi trazida a noção de livro didático como uma obra de valor didático-pedagógico capaz de subsidiar o trabalho docente, além de ser caracterizada conforme o processo de produção, aquisição e distribuição nas escolas públicas, referente à política do livro didático do atual Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (BRASIL, 2017b).

um trabalho de cunho bibliográfico e documental (GIL, 2007), sendo analisados os resultados conforme os conteúdos estabelecidos.

Compreendendo uma fração do fenômeno educacional, então, este artigo de revisão de literatura se apoiou na investigação a partir da leitura de livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos em fontes de pesquisa virtual, encontradas em diretórios de pesquisa e banco de dados - respectivamente Google Acadêmico e Scielo -, bem como se debruçou na análise de alguns dispositivos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) e o Decreto nº. 9.099/2017 que estabelece o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e de documentos pedagógicos e consultivos curriculares, a citar o *Guia do PNLD 2019 - Educação Física* e a *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos, a Educação Física vinha passando por transformações, e a partir da década de 1980, com a emergência do chamado *Movimento Renovador da Educação Física*, além de metodologias de ensino, trouxe ao pensamento dos envolvidos na área mudanças quanto ao que deveria ser a sua prática na escola, bem como o quê ensinar, por que ensinar e como avaliar (DARIDO; RANGEL, 2011).

Se o campo epistemológico estava efervescendo, foi em 1996, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que a Educação Física deixava de ser vista como uma atividade pedagógica e passou a ser considerada uma disciplina curricular obrigatória na educação básica, aliada à proposta pedagógica das escolas (BRASIL, 1996).

Porém, observando-se a realidade que a Educação Física ocupa na escola, constata-se que é um componente curricular que, mesmo diante da legalidade, ainda parece não ter uma clara definição da sua função no contexto educacional. E para complementar, Darido (2003) afirma que frequentemente é verificada a inexistência de uma prática que esteja fundamentada na teoria e que seja capaz de orientar os procedimentos didático-metodológicos.

Torna-se urgente uma reconfiguração da área, e uma possível forma disso acontecer pode ser por meio da sistematização do planejamento na educação básica, como ocorre em outros componentes, sem perder a especificidade da realidade escolar. O processo de ensino-aprendizagem a ser proposto deve estar próximo do cotidiano estudantil, pois, desta maneira, o professor terá condições de aproximar-se de aulas mais atrativas e significantes.

É válido ressaltar que os planejamentos das aulas de Educação Física devem levar em conta as habilidades motoras, cognitivas e socioafetivas desenvolvidas durante os anos de

vida do estudante, seguindo os princípios da inclusão de todos e da diversidade das atividades. Mas é algo que também passa pela escola enquanto unidade: ela deve dar o suporte necessário para que o pedagogo/professor tenha condições de desenvolver estratégias para fazer com que os estudantes compreendam o seu papel enquanto sujeitos atuantes na sociedade, utilizando-se do movimento.

Em consulta à Neira (2012), este explica que, com as teorias pós-críticas², cabe à atual Educação Física trabalhar o seu currículo como produto de três categorias: identidade, poder e conhecimento, e que, a partir disso, os planejamentos de sequências didáticas e a produção de materiais didáticos devem seguir o princípio da significância da aprendizagem. Não basta aos estudantes, principalmente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, saberem “aprender a fazer”, mas entenderem o porquê e o para quê realizam certas atividades.

Dessa forma, os atuais documentos curriculares e programas de ensino da Educação Física, em todas as etapas da escolarização básica, precisam enfatizar uma reflexão a respeito da corporeidade, onde os estudantes devem se perceber como um corpo em movimento - e que este corpo se movimenta diante de contextos históricos, filosóficos, psicológicos, sociais, políticos, culturais, econômicos, técnicos.

Cumpram então à disciplina contribuir para o entendimento do que é o corpo, como o corpo interage com o mundo e o que é possível realizar a partir dele, ajudando o estudante a perceber-se como ser que se movimenta porque quer e porque sofre influências das mais diversas ordens. Saber que, para realizar até movimentos simples, são necessários vários acontecimentos no corpo, desde os aspectos fisiológicos até filosóficos. E para que essa intencionalidade se torne mais clara, pode-se sugerir a necessidade de uma política de constituição e adoção de livros didáticos, por exemplo, de modo que esse material seja um meio pedagógico e facilitador - mas não o único - capaz de concretizar uma proposta de (re)configuração da área de conhecimento em questão.

Mas definir conteúdos, metodologias de ensino e instrumentos de avaliação que farão parte da trajetória curricular sempre foi um grande desafio na Educação Física escolar. E isso tem relação direta com o que se pretende formar. Daí a necessidade discutida por diferentes setores do Estado e da sociedade civil quanto à aplicação de um currículo base e à elaboração e adoção de livros didáticos para a área.

² As teorias pós-críticas baseiam-se nos Estudos Culturais e na promoção do multiculturalismo crítico, onde estão presentes princípios como a justiça curricular e a descolonização do currículo. Aliada à proposta da Educação Física na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), configura-se com a ideia de reconhecimento da cultura corporal na comunidade, de onde partirá todo o processo de identificação, ampliação, aprofundamento e ressignificação das práticas corporais. Ver a sistematização dessa abordagem em Neira (2012).

Apesar de fazer algum tempo desde a sua elaboração e publicação, nos fins da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) parecem que não surtiram muito efeito na prática da Educação Física: seja pelo pouco conhecimento sobre a proposta durante a formação inicial ou continuada, seja pela continuidade dos professores na prática baseada em suas preferências/experiências ou no “rolar a bola” (DARIDO, 2003). E diante dessas falhas, juntamente com as necessidades sociais atuais, sob a coordenação do Ministério da Educação e de associações civis, em 2015, um grupo de estudiosos reuniu-se para a elaboração de uma base curricular que servisse para todo o país, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC).

Conforme consta em Brasil (2017a), a BNCC define-se como uma política de Estado e um conjunto de orientações pedagógicas de referência nacional com base nas competências e habilidades a serem atingidas nos diferentes componentes curriculares. Essa afirmação ratifica Cossio (2014, p. 178), ao explicar que “a proposta de uma base nacional pretende, segundo o governo, além de definir com mais clareza o que se espera que os alunos aprendam nas determinadas fases escolares, guiar o processo de avaliação e da formação de professores”.

Aos seus defensores, ela pode ser vista como um ponto de partida para a construção do currículo sem disparidades, cujos conteúdos (sob a denominação de “unidades temáticas” e “objetos de conhecimento”) são responsabilidade da política educacional e dos sistemas de ensino, sendo aplicados pelos professores seguindo o respeito às particularidades culturais e aos direitos de aprendizagem estudantil.

Mas vale ressaltar que seria um erro atribuir à BNCC o conceito de currículo formal, cujo objetivo está na padronização dos conteúdos escolares. O documento deve ser encarado como um norteador na construção ou reestruturação de propostas curriculares dos sistemas de ensino na esfera pública (União, estados e municípios) e nas instituições privadas. Logo, o seu foco está em “o quê ensinar”, ou seja, em conteúdos, competências e habilidades. “Como ensinar e avaliar”, ou seja, as metodologias de ensino e a avaliação da aprendizagem, que também compõem um currículo, não entram diretamente no documento, ficando a cargo de redes de ensino, unidades escolares e professores.

Inserida na área de Linguagens e Códigos³, a Educação Física é apresentada na BNCC como a disciplina responsável pelo trato pedagógico das práticas corporais⁴, considerando os

³ Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a área de Linguagens e Códigos é composta por Língua Portuguesa, Arte e Educação Física. Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, além desses componentes curriculares, insere-se a Língua Inglesa (BRASIL, 2017a).

⁴ São propostas como unidades temáticas da Educação Física nessa etapa da escolarização as Brincadeiras e Jogos, as Danças, as Ginásticas, os Esportes e as Lutas (esta última somente no ciclo do 3º ao 5º ano). Apenas a partir dos anos finais do Ensino Fundamental acrescentam-se as Práticas Corporais de Aventura (BRASIL, 2017a).

seus diferentes processos culturais de significação e de constituição no âmbito da cultura. Desse modo, a proposta, para além do movimentar-se e/ou ao corpo em si, busca compreender as práticas corporais como expressão das “formas de codificação e significação social (...) tratadas e compreendidas como acúmulo cultural da humanidade (...)” (BRASIL, 2018, p. 05).

Como atividades carregadas de significados, as práticas corporais devem ser o foco da Educação Física escolar, considerando o reconhecimento dos saberes trazidos/produzidos pelos estudantes, a partir dos seus diferentes contextos de vida: as experiências vividas, a diversidade regional e local e as experiências com as práticas corporais a partir de referências socioculturais como gênero e relações étnico-raciais, por exemplo, devem ser consideradas.

E para que tais práticas corporais sejam tratadas de maneira contextualizada, torna-se fundamental que o projeto político-pedagógico escolar também seja considerado no momento de elaboração da proposta pedagógica do componente Educação Física, de modo a orientar o seu papel político-social e pedagógico na escola.

Ainda com relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2010) apontam para alguns princípios que devem ser considerados para o trabalho pedagógico. Além do lúdico, que deve estar presente na produção e reinvenção das práticas escolares - e, no caso da Educação Física, marcado pelas práticas do movimento corporal -, torna-se importante a promoção de uma abordagem que considere os conhecimentos prévios dos estudantes, de modo a valorizar as suas experiências com a vida e o mundo: é importante que, nesta etapa, eles sejam considerados sujeitos escolares na sua pluralidade - a escuta de suas realidades socioculturais deve estar presente como parte inicial para a construção do conhecimento sobre a cultura corporal de movimento, as diferentes linguagens e a vida em sociedade, propiciando um processo de significação e ressignificação das práticas corporais no ensino-aprendizagem da Educação Física escolar.

Numa tentativa de amenizar o problema do trabalho com o corpo em movimento por parte do pedagogo/professor em sua práxis pedagógica com a Educação Física, o Ministério da Educação (MEC), representado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e em cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com base no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei n. 9.394/96 e no Decreto n. 9.099/2017, propôs a inserção desse componente curricular no processo de elaboração e aquisição de obras

didáticas (manuais)⁵ no âmbito do atual Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) (BRASIL, 2017b).

Stray (1993) citada em Darido et al. (2010), entende o livro didático como um produto cultural híbrido, que se encontra entre a cultura, pedagogia, produção editorial e sociedade, e onde são depositadas diferentes maneiras de idealizar, planejar e agir docente. Já para Fernandes (2004), numa maneira pragmática, o livro é uma publicação utilizada em situações escolares por professores e/ou alunos para orientação, estudo, leitura e exercícios, fonte de consulta ou instrumento facilitador de aprendizagens.

Seja uma ou outra definição, é sabido que, no atual universo escolar, o livro coexiste com outros instrumentos didáticos, como *softwares* educacionais e recursos em multimídia, mas que continua ocupando um lugar privilegiado, o de papel central como objeto de estudo e do conhecimento. Também é sabido que o livro, como ponto de apoio no estabelecimento de regras e normas no processo de ensino-aprendizagem, é um instrumento pedagógico capaz de alcançar a melhoria no ensino, focando indivíduos específicos por meio de um método de ensino e de conteúdos previamente estabelecidos, servindo também como manual específico de práticas pedagógicas (SOUZA JÚNIOR ET AL., 2015).

Historicamente, comparada a outras disciplinas obrigatórias, a Educação Física carece desse tipo de material, e tal situação foi construída com o pensamento que “na aula de Educação Física não se reflete, não se discute, enfim, não se pensa e, portanto, não se lê, mas apenas se executa” (PAULA, 2003, p. 09), ou seja, um conhecimento advindo da repetição e da prática de movimentos, um “fazer por fazer” reforçado pela concepção de “atividade”, presente no Parecer n. 853/71 e na Resolução n. 8/71 (DARIDO ET AL., 2010). Esse caráter não formal no currículo, sem a sistematização teórico-prática do conhecimento, provocou uma falsa ideia da não necessidade de se ter livros didáticos na disciplina, resultando em uma histórica negligência e negatividade com relação à transmissão dos saberes da área.

Para Darido e Rodrigues (2010), o livro didático é um material intimamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem, e o seu uso na Educação Física é capaz de promover uma (re)configuração na área, já que a sua adoção pode ser uma dos modos do pedagogo/professor estabelecer um planejamento, saindo do “rolar a bola”, das atividades recreativas ou das tarefas com propósitos distorcidos, para algo onde estejam presentes objetivos (competências

⁵ Entende-se que a utilização de material didático impresso na Educação Física escolar não é algo recente: consta que desde o século XIX já existiam manuais de Ginástica (como era o antigo nome da disciplina), como o *Manual teórico-prático de gymnastica escolar*, de Pedro Manuel Borges (1860), e *Compendio de gymnastica e jogos escolares*, de Arthur Higgins (1896); mas os mesmos não tiveram a circularidade para além de algumas poucas instituições escolares (PUCHTA, 2015).

e habilidades), conteúdos (unidades temáticas e objetos de conhecimento), metodologias de ensino e formas/instrumentos avaliativos. Isso sem contar o fato da Educação Física sair da ideia de uma prática efêmera ou atividade educativa dirigida por programas complementares do tempo escolar, como o *Mais Educação*, para ser, de fato, uma disciplina legitimada na grade curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Todavia, também não se pode render à total dependência do livro ou torná-lo única referência, como Freitag et al. (1989) exploram, ao afirmarem que o livro não pode ser visto como “critério de verdade absoluta”; e se assim ocorrer, a forma com que se trabalha com ele se torna desaconselhável. Tal consideração é importante ser levantada, uma vez que as obras propostas para a Educação Física no *Guia do PNL D 2019*⁶ configuram-se como guias de orientação do professor, apontando instruções prescritivas ao fazer docente.

O entendimento sobre a utilização adequada do livro na disciplina depende da elaboração de um projeto com objetivos que estejam de acordo com o que se almeja alcançar nas aulas. Ou seja, conforme explicitado na BNCC, pressupõe-se, por meio da linguagem corporal, a construção do conhecimento simultaneamente à formação integral do futuro cidadão (BRASIL, 2017a). Então, cumpre ao pedagogo/professor, em contato contínuo com o livro (manual) nos ciclos pertencentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a defesa de uma educação corporal fundamentada na produção de significados culturais, a partir da diversidade de vivências com as práticas corporais. Vivências essas pautadas nos princípios do reconhecimento da cultura corporal da comunidade, da descolonização do currículo e da justiça curricular (NEIRA, 2012) e sob o viés da ação-reflexão-ação consoante os recursos metodológicos de uso e apropriação das diferentes práticas corporais, da sua experimentação (físico-motora) e de processos de fruição e registro (corporal, verbal/oral, escrito, imagético) (BRASIL, 2018), ligados às dimensões do conhecimento na área.

Com isso, verifica-se uma possibilidade de (re)configurar a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com um novo olhar sobre as práticas corporais e sob o respaldo da apropriação, ressignificação e ampliação daquilo que se convencionou denominar linguagem corporal.

CONCLUSÕES

A compreensão sobre a função social e educacional da Educação Física na escola se torna algo emergente a ser (re)pensado pelas políticas educacionais atuais, já que, à disciplina,

⁶ Para o conhecimento das obras avaliadas e aprovadas para a escolha do professor e dos sistemas de ensino, consultar o *Guia PNL D 2019 - Educação Física* (BRASIL, 2018).

cumpre, por meio das vivências em cima das práticas corporais, o desenvolvimento integral (físico-motor, cognitivo, social e afetivo) dos estudantes.

É através das aulas de Educação Física que o estudante poderá desenvolver diferentes habilidades: aprender a planejar, exercitar o raciocínio e outros processos cognitivos, aprender a respeitar o próprio corpo e o corpo do outro, reconhecer a importância da saúde, socializar, trabalhar em equipe, enfrentar situações de frustração e equilíbrio emocional, entre outras. Isso é importante acontecer em todas as fases da escolarização básica, mas nos anos iniciais do Ensino Fundamental essa discussão, muitas vezes negligenciada, precisa ser enfatizada.

E para proporcionar tais habilidades, é necessário que o pedagogo/professor tenha em mãos materiais de apoio para a pesquisa e o ensino - não apenas um suporte imediato para as aulas, como bolas, arcos e cones; algo que possa consultar e até servir de elemento norteador da sua prática. Sugere-se que esse elemento seja o livro didático - entendido, em ação pioneira do PNLD 2019, como manual do professor.

O uso desses livros (manuais), os quais devem ser escolhidos a partir de indicadores definidos pelo programa, poderá auxiliar o pedagogo/professor em seus planejamentos, permitindo, assim, (re)configurar o processo de ensino-aprendizagem da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental com base na semiótica (linguagem corporal). Ainda atrelado a esse novo olhar sobre o componente curricular, a sistematização de um currículo baseado em objetos de conhecimento que reflitam as práticas corporais e metodologias de ensino e formas avaliativas da aprendizagem que contemplem as habilidades podem favorecer o que se projeta na BNCC: a formação integral do indivíduo.

Todavia, é válido observar que não é apenas a adoção desses livros (manuais) nem mesmo a elaboração de um currículo “único” que resolverão todos os históricos problemas da Educação Física escolar. Se não forem levados em consideração outros aspectos que afligem a educação como um todo, como a valorização dos profissionais com formações continuadas, a adequação de materiais pedagógicos e o investimento em melhoria na infraestrutura escolar, pouco será feito para um redimensionamento do ensino-aprendizagem da disciplina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidente da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1996.

_____. Presidente da República. Lei n. 10.793, de 1 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003.

_____. Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno. Resolução n. 1 de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006.

_____. Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno. Parecer n. 7 de 7 de abril de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara n. 116 de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a formação dos professores de educação física na educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017a.

_____. Presidente da República. Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2017b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia Digital PNLD 2019 - Educação Física**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CÓSSIO, M. F. Base comum nacional: uma discussão para além do currículo. **E-curriculum, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, PUC-SP, v. 12, n. 3, 2014.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

_____; IMPOLCETTO, F. M; BARROSO, A; RODRIGUES, H. A. Livro didático na educação física escolar: considerações iniciais. **Motriz**, v. 16, n. 2, 2010.

_____; RANGEL. I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FERNANDES, A. T. de C. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 531-545, 2004.

FREITAG, B.; COSTA, W. F.; MOTA, R. V. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACEDO, E.; FRANGELLA, R. C. Apresentação - Políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. **Educação em Revista**, vol. 32, n. 2, Belo Horizonte, abr/jun 2016.

MUNAKATA, K. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade. In: VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana**, 2003.

NEIRA, M. G. **Educação Física**. São Paulo: Blucher, 2012.

_____.; SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 188-206, set 2016.

PAULA, M. V. de. **A utilização de apoio bibliográfico como recurso metodológico para o ensino da Educação Física nos níveis fundamental e médio de escolarização da cidade de Catalão - GO**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

PUCHTA, D. R. **A escolarização dos exercícios físicos e os manuais de Ginástica no processo de constituição da Educação Física como disciplina escolar (1882-1926)**. 2015. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RODRIGUES, H. A.; DARIDO, S. C. O livro didático na Educação Física escolar: a visão dos professores. **Motriz**, Rio Claro, v. 17 n. 1, p. 48-62, jan./mar. 2011.

SOUZA JÚNIOR, M. B.; AMARAL, L. V.; MELO, M. T.; DARIDO, S. C.; LIMA, R. B. Educação Física e livro didático: entre o hiato e o despertar. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 479-493, abr./jun. 2015.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.